



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER nº ____/2021.

AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, de 28 DE OUTUBRO DE 2021, que:

*"Dispõe sobre a concessão do Título de
Cidadania Piauiense à Senhora Lilian Silva
Catenacci."*

RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES.

I - RELATÓRIO.

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que visa, em resumo, conceder o título de cidadão piauiense a **Senhora LILIAN SILVA CATENACCI**.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação do homenageado que contribuiu de forma relevante na sua área de atuação.

Como justificativa a proposição traz que a Senhora Lilian Silva Catenacci é pesquisadora experimentada, cujo currículo acadêmico não caberia na breve justificativa apresentada, escolheu residir no Estado do Piauí e contribuir com as questões locais, mantendo sempre *"a conexão com as comunidades e os agricultores locais, com os gestores dos municípios, para transformar minha pesquisa em políticas públicas e as políticas públicas em saúde"*, conforme afirmou em entrevista. Realizou diversos projetos de extensão, educação, e pesquisa desenvolvidos no nosso Estado. Em 2012, recém-chegada ao Município de Bom Jesus/PI, foi laureada pelo Ministério do



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Meio Ambiente com a premiação de Melhores Práticas de Educação Ambiental no Bioma Caatinga; trabalho este, todo executado em escolas e comunidades rurais do sul do Piauí. Atualmente integra a rede de Vigilância Estadual de Epizootias que, dentre outras ações de grande relevância, investiga a circulação do vírus da Febre do Novo Nilo Ocidental (VNO), o qual só tem casos no Piauí, e ainda, destacou sua grande contribuição no Comitê Gestor de Crise para o enfrentamento da COVID-19 no Piauí, até maio de 2021.

Sendo assim, devo ressaltar que a presente proposição é de suma importância na medida em que reconhece, em tempo oportuno, como cidadão piauiense de fato e de direito, **Senhora LILIAN SILVA CATENACCI**.

Contudo, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos número 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo que ora encontra-se sob análise.

A função legislativa está sendo exercida por proposição que se enquadra no rol das constituídas pelo art. 96, I, "e" e art. 105, § 5º do Regimento Interno.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

Verificou-se, ainda, que não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Decreto Legislativo.



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do Nobre colega Parlamentar, Deputado Franzé Silva, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ☒

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PIAUÍ, Teresina, _____ de _____ de 2021.

DEP. HENRIQUE PIRES

RELATOR

HP

Ar

Henrique

[Assinatura]

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 14/12/2021
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<i>[Assinatura]</i>